



MICROPRÁTICAS COTIDIANAS: A Voz Silenciosa dos Indivíduos em Oposição ao Formalmente Estabelecido na Gestão Cooperativa - Uma Reflexão Teórica

EVERYDAY MICRO-PRACTICES: The Silent Voice of the People in Opposition to Formally Established in Cooperative Management - A Theoretical Reflection

Josiane Barbosa Gouvêa⁽¹⁾

Elisa Yoshie Ichikawa⁽²⁾

Universidade Estadual de Maringá - UEM/PR

RESUMO

Este estudo, desenvolvido sob a luz dos conceitos de Michel de Certeau, tem por objetivo discutir, a partir de uma abordagem teórica, como os indivíduos em suas ações cotidianas utilizam-se de práticas de resistência, em sua maioria silenciosas, para se opor às formalidades estabelecidas pela gestão cooperativa. A partir do ideal de ajuda mútua da visão socialista que fundamentou a sua concepção, muitas cooperativas buscam persuadir os indivíduos que dela fazem parte de que os interesses das mesmas é o mesmo dos manifestados pelos cooperados. No entanto, o que pode ser identificado, é que em sua maioria, são empresas capitalistas vestidas com a roupagem do cooperativismo para alcançar objetivos que as beneficiem. Diante desta realidade, os cooperados adotam posturas de microrresistência e buscam, mesmo de maneira velada, conduzir a sua própria história, a fim de não se tornarem marionetes de um sistema que objetiva apenas o alcance dos interesses relacionados ao capital.

Palavras-chave: Cotidiano; Micropráticas; Gestão Cooperativa.

ABSTRACT

This study was developed under the concepts of Michel de Certeau, it aims to discuss, from a theoretical approach, how the individuals in their everyday actions make the use of practices of resistance, in its silent majority, to oppose procedures established by the cooperative management. To birth to the ideal of mutual aid from socialist vision based its conception, many cooperatives seek to persuade individuals who are part of the same interests is the same as expressed by its members. However, what can be identified, which is mostly capitalist enterprises are dressed in the garb of cooperatives to achieve goals that gives benefit. Through this reality, the cooperative adopt microresistance postures and seek, even in a veiled manner, conduct its own history, so as not to become puppets of a system that aims only the range of interests related to the capital.

Key Words: Everyday life; Micro-practices; Cooperative management.

INTRODUÇÃO

Pensar e estudar administração é ter em mente cálculos, planejamento, estratégia, formalizações, certo? Em partes. É inegável que estes fatores são imprescindíveis para a gestão. No entanto, vem ganhando espaço no ambiente dos estudos organizacionais, questões relacionadas de como os indivíduos se articulam dentro das organizações das quais fazem parte, uma abordagem pautada em estudos relacionados ao cotidiano. Os estudos de Michel de Certeau apresenta que os indivíduos podem não ser passivos em seu dia a dia, mas que têm possibilidade de exercer ações de resistência ao formalmente estabelecido, ainda que estas sejam sutis.

Tais ações chamadas por Certeau (2000) de micropráticas influenciam e alteram o cotidiano no espaço em que atuam os indivíduos que as praticam. Certeau (2000, p. 19) afirma ainda que no estudo do cotidiano “é natural que se perceba microdiferenças onde tantos outros só vêem obediência e uniformização”, e isso só é permitido pelo olhar minucioso que o pesquisador dá ao “invisível” que cerca esse cotidiano.

Desta maneira, o cotidiano vivenciado diariamente pelos indivíduos “fazedores da história” apresenta rupturas que certas práticas sociais imprimem, rompendo com certas regularidades que deles se espera (LEITE, 2010). Percebemos assim, que mesmo em ambientes nos quais se possa apreender alto grau de formalização e normas a serem seguidas, estas podem ser silenciosamente quebradas pelos sujeitos, demonstrando a força das ações cotidianas. Este comportamento dos indivíduos é extremamente sutil e, por vezes, imperceptível, porém se manifesta em seus diferentes ambientes de atuação.

Este ensaio tem por foco a perspectiva do cooperativismo, vinculada às atividades cotidianas. À primeira vista, ao falar sobre este tema, pensa-se em instituições nas quais os indivíduos lutam conjuntamente em busca de um objetivo coletivo. Ao nos debruçarmos sobre os textos em busca do referencial teórico sobre o tema, percebemos que em grande parte deles este discurso de crescimento coletivo foi confirmado. Porém, a nosso ver, o mesmo pode ser utilizado de forma manipulativa ao lidar com o sujeito cooperado em seu cotidiano. A partir dessas ponderações iniciais, nos propusemos a apresentar algumas reflexões.

O questionamento que aqui propomos é: Será que neste contexto cooperativo, no qual os indivíduos são também “donos” do negócio e estão envolvidos em um discurso de crescimento conjunto, há espaço para que os mesmos construam o seu cotidiano, ou será que as micropráticas cotidianas são, de certa forma, neutralizadas?

Diante disso, temos o objetivo neste estudo, tentar compreender como o discurso cooperativista pode manipular as ações cotidianas dos indivíduos cooperados em seu dia a dia, a fim de que interesses empresariais se sobressaiam aos interesses dos cooperados.

Trata-se, portanto, de um estudo bibliográfico, no qual buscamos trazer à tona questões relacionadas ao discurso cooperativista em relação às ações cotidianas e microrresistências desenvolvidas pelos indivíduos em seu dia a dia. A pesquisa bibliográfica tem por finalidade levar ao leitor as contribuições existentes sobre determinado assunto (CERVO & BERVIAN, 2002). Conforme salienta Gil (2009), a pesquisa exclusivamente bibliográfica é desenvolvida mediante material já elaborado

e divulgado, principalmente, em livros e artigos científicos. Nossa intenção, portanto, é apresentar uma síntese desse material para discussão.

A partir do contexto ora apresentado, estruturou-se este artigo em três seções, além desta introdução. Inicialmente, discutimos a abordagem do cooperativismo, desde a sua concepção, até a forma como é apresentado atualmente. A seguir, discorremos sobre perspectivas relacionadas ao saber fazer cotidiano, com base nos conceitos desenvolvidos por Michel de Certeau, trazendo à tona ainda questões relativas às micropráticas e microrresistências exercidas pelos indivíduos em seus ambientes de atuação. Na última seção, são tecidas as considerações finais, a partir do estudo bibliográfico desenvolvido.

A ABORDAGEM DO COOPERATIVISMO: DE SUA CONCEPÇÃO AOS DIAS ATUAIS

Talvez o leitor já tenha ouvido algumas frases de impacto a respeito das cooperativas. Essas frases nos levam a pensar o quanto é bom ser cooperado e despertar a vontade nas pessoas (principalmente aquelas que têm menor poder econômico) de procurar uma dessas instituições e passar a fazer parte dela. Afinal, quem não gostaria de crescer junto com uma cooperativa, uma vez que “gente que coopera cresce”? Esta perspectiva de crescimento conjunto, vinculada à imagem das cooperativas enraizou-se, pois em sua concepção, essas instituições tinham exatamente este propósito – fazer com que cooperados e cooperativas pudessem crescer de maneira conjunta, opondo-se ao sistema econômico capitalista.

A gestão cooperativa surge em meados do século XIX, a partir do

movimento socialista, contrário à organização econômica mundial que vinha sendo formatada, baseada na visão capitalista. Sustentava, portanto, que o trabalho conjunto poderia trazer bons resultados a quem não tivesse condições de, individualmente, concorrer no mercado. Conforme apresenta Lechat (2008), era uma tentativa dos trabalhadores de recuperarem a sua autonomia econômica. A estruturação do mesmo obedecia a valores básicos do movimento operário como igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo. Os diferentes pressupostos que envolveram o desenvolvimento do conceito cooperativo, desde o socialismo utópico, passando pelo marxismo até os posicionamentos atuais a respeito da cooperação nos apresentam esta perspectiva, ainda que por meio de prismas distintos.

Os socialistas pensavam uma forma de instituição, baseada na solidariedade, por meio da qual se poderia ter condições de manter uma sociedade mais justa, humana e livre do poderio econômico do capitalismo. Nesta instituição, todos seriam donos dos meios de produção e as decisões poderiam ser tomadas coletivamente.

As cooperativas surgem, portanto, conforme salienta Schneider (2012, p. 254), num momento em que o espírito de solidariedade havia desaparecido quase por completo na fase mais voraz e selvagem do começo do capitalismo industrial. Logo, esta força estabelecida nas organizações cooperativas, desde seu início se deu em virtude de que era premente buscar, naquele período, alternativas para aqueles que se viam subjugados à ordem capitalista estabelecida e que sozinhos não conseguiam encontrar saída para suas dificuldades. Conforme salientam Morais *et al.* (2011), a organização produtiva que surgiu a partir

das formas cooperativas, no socialismo utópico, vislumbrava tirar os operários da situação de opressão a que estavam submetidos.

Esta busca de alternativas para os operários, na visão dos socialistas utópicos, poderia ser alcançada sem qualquer embate com o sistema capitalista. Para eles, a oposição ao industrialismo se mostrava inviável (SINGER, 1999). No entanto, como afirma Silva (2011), o modelo criado pelos socialistas utópicos estava muito distante da realidade dos trabalhadores.

Em contraponto a esta perspectiva surgiu o posicionamento de Karl Marx e os denominados socialistas científicos. Para eles, as cooperativas eram vistas como alternativas viáveis para a transição do modelo capitalista ao ideal socialista (RÊGO; MOREIRA, 2013). No entanto, viam as proposições apresentadas como formas de lutar contra o capitalismo, desenvolvidas anteriormente, eram tidas como tendo um sentido puramente utópico (MARX; ENGELS, 2007, p. 86). Logo, como salienta Novaes (2011), os marxistas entendiam que o modelo cooperativo só poderia alcançar o seu propósito a partir de uma revolução social.

No entanto, tal revolução não aconteceu e as organizações cooperativas continuaram surgindo e expandindo a sua atuação. No conceito de cooperativismo apresentado pela OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras (2013) pode-se perceber que ainda hoje são mantidas as concepções do ideário cooperativo original, no qual estava a esperança dos oprimidos pelo capitalismo de que uma nova realidade seria possível, e que por meio do trabalho conjunto conseguiriam se opor a este sistema. Neste contexto:

Cooperativismo é um movimento, filosofia de vida e modelo

socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. É o sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes (OCB, 2013, s.p.).

Diante de tal aceção, confirmamos que a essência conceitual do cooperativismo mantém-se muito próxima ao definido no período de sua concepção. Neste conceito, conforme salientam Barreto e Paes de Paula (2009), são os princípios e valores incutidos nas cooperativas que as diferenciam das empresas capitalistas tradicionais. Logo, depreende-se que, do ponto de vista teórico, o cooperativismo é tido como um modelo no qual o crescimento coletivo é o objetivo dos seus membros. Tal perspectiva é mantida desde a idealização do modelo cooperativo, no qual se buscava uma organização do trabalho que subvertesse a ordem capitalista (MORAIS *et al.*, 2011).

No Brasil, por sua vez, o conceito de organização cooperativa surgiu em meados de 1888, pois havia necessidade de mudança estrutural, a partir da abolição da escravatura. Os modelos de cooperativas, no início de sua implantação em nosso país foram diversos, no entanto, por volta de 1906 surge a primeira atividade cooperativa vinculada às atividades agrícolas. Conforme salientado por Gawlak e Ratzke (2010), tais cooperativas foram idealizadas por imigrantes alemães, holandeses, italianos, poloneses e japoneses, entre outros, que

trouxeram em sua bagagem os conceitos de atividades realizadas por meio da cooperação. Inicialmente, em virtude de sofrerem preconceito por parte dos brasileiros, estas cooperativas eram restritas a membros de determinadas culturas. Desta maneira, além do auxílio mútuo eles também tinham a possibilidade de manterem em sua convivência os traços culturais e tradições de seus países de origem.

Diante de tais pressupostos, o conceito de gestão cooperativa foi se fortalecendo e sendo ampliado no Brasil, principalmente aquelas vinculadas ao agronegócio. De acordo com Serra (2009), no Brasil, as cooperativas vinculadas ao setor agrícola passaram a crescer na exata proporção das vantagens financeiras que tiveram condições de oferecer aos associados, ficando relegados a segundo plano aspectos de cunho social e ideológico.

Via de regra, o que vemos hoje, portanto, são cooperativas que perderam completamente esta visão voltada à ajuda mútua, adotando em sua atuação a abordagem capitalista. Pinho (1982), já acenava para essa realidade, ao afirmar que o movimento cooperativo tendeu ao desvirtuamento por conta da própria evolução das cooperativas. Estas deixaram de ser associações de pessoas em busca de um objetivo comum e passaram a ser complexas organizações sociais. Desta maneira, grande parte das organizações cooperativas atuam no mercado como as tradicionais empresas capitalistas, utilizando-se, por vezes até do conceito socialista para fazer com que seus associados continuem vinculados a ela, em vista do que chamam de “bem comum”.

As instituições cooperativas, a partir da visão de seus gestores, passaram a perceber que este ideal de crescimento coletivo, de ajuda mútua, não trazia a elas o

desenvolvimento que poderiam ter, caso atuassem no mercado como as empresas capitalistas. Morais *et al.* (2011) salientam que diante de tal realidade, o cooperativismo – baseado em ideais de solidariedade – passou a perder força no decorrer do século XX. Não tardou para que tal perspectiva fosse percebida como uma oportunidade de incorporá-las definitivamente ao modelo capitalista.

Assim, em muitas regiões do Brasil, por exemplo, o governo passou a munir as cooperativas com recursos e aparatos tecnológicos e de gestão (SERRA, 2009). Claro que tal iniciativa do poder público não visava o crescimento da cooperativa e de seus cooperados, mas sim, transformá-las em empresas poderosas no mercado, independentemente dos anseios daqueles que até então eram os seus proprietários. Desta maneira, de acordo com Serra (2009), as cooperativas se tornaram um poderoso instrumento nas mãos do Estado, ainda que as ações por elas desenvolvidas não estivessem de acordo com as necessidades de seus associados.

Um fator que pode ser facilmente percebido, desta maneira, é o crescimento vertiginoso das cooperativas no contexto agroindustrial. No entanto, não se percebe o desenvolvimento do cooperado na mesma proporção. Ora, se o associado, de acordo com os princípios cooperativos, é o dono do negócio, que fatores poderiam justificar tal descompasso?

É possível perceber, desta forma, que das cooperativas em atuação no mercado atual, poucas são as que ainda buscam sustentar em algum ponto os fundamentos sociais que as originaram. Para Serra (2009), isto se deu uma vez que as mesmas, ao se inserirem no ambiente capitalista, tornaram-

se organizações híbridas e se distanciaram de suas bases sociais.

Ainda que hoje se possam encontrar as chamadas cooperativas de resistência, que buscam manter os propósitos socialistas, estas são franca minoria, diante das demais (NOVAES, 2011). Assim, o que se pode perceber são elementos dos princípios originários das cooperativas em algumas dessas instituições, porém, mesmo nas cooperativas de resistência esta proposta não é levada a cabo em sua totalidade. Conforme corrobora Novaes (2011), para que os princípios cooperativos pudessem ser utilizados em sua totalidade, haveria necessidade de uma revolução.

A partir de tais considerações, causa preocupação o fato de perceber que grande parte das empresas cooperativas está, em suas práticas, totalmente afastada de suas origens. Oliveira (2006) apresenta, neste sentido, que nos seus documentos as organizações cooperativas estão concatenadas aos princípios de cooperação, enquanto as ações estão distantes deles. Logo, vê-se uma aceitação conceitual e uma negação prática. No entanto, preocupa-nos perceber que apesar de tais alertas, grande parte da literatura que aborda a questão nos faz acreditar que o ideal fundamentado em sua concepção ainda está presente nas cooperativas atuais. Ao cooperado, por sua vez, restou acatar a nova configuração e passar a trabalhar não mais para o crescimento conjunto, mas para o desenvolvimento da cooperativa.

No entanto, esse “acatar a nova configuração” pode não ocorrer de maneira passiva, como se os cooperados não tivessem existência própria e atuassem cegamente, de acordo com o estabelecido pelas cooperativas. A literatura mostra que é

possível perceber que os indivíduos têm a possibilidade de desenvolver microrresistências em seu cotidiano, a fim de, mesmo de forma sutil, opor-se ao imposto. Certeau (2000) – um dos principais pesquisadores no que concerne à abordagem do cotidiano – salienta que as microrresistências são possibilitadas, uma vez que os indivíduos desenvolvem estratégias e táticas a fim de “fugir” do poder exercido sobre eles. Para compreender de que maneira estas ações podem ser conduzidas, faz-se necessário entender a que cotidiano estamos nos referindo.

PERSPECTIVAS DO SABER FAZER COTIDIANO

Os estudos relacionados ao cotidiano vêm sendo realizados sob diversas perspectivas ao longo dos anos. Vários autores passaram a pesquisar os conceitos relacionados ao tema, dentre eles: Agnes Heller, Henri Lefebvre e Michel de Certeau. Neste estudo, temos por base os estudos de Certeau, o que, no entanto, não quer dizer que desprezemos os demais, ao contrário, reconhecemos aqui a grandeza de suas contribuições para o referido tema. O que nos leva a escolher esta base teórica é a amplitude do tema, uma vez que não teríamos condições de desenvolver adequadamente todos os conceitos de cada um dos autores neste estudo.

No cotidiano apresentado por Certeau (2000), os indivíduos realizam atividades silenciosas que, no entanto, possuem alto grau de relevância para o ambiente em que se inserem, inclusive no ambiente das organizações. A partir disso, compreendemos que pensar o cotidiano implica descobrir o incomum naquilo que é diariamente

repetido. As ações cotidianas estão atreladas à proliferação disseminada de criações anônimas e percíveis que irrompem com vivacidade e não se capitalizam (CERTEAU, 2000). Logo, no cotidiano apresentado pelo autor os indivíduos não são passivos replicadores de ordens preestabelecidas, ao contrário, são seres criativos que inventam a sua própria história por meio de suas ações. Estas ações, no entanto, são sutis e silenciosas, uma vez que são desempenhadas no interior das estruturas formais estabelecidas.

Desta maneira, pode-se perceber que a vida cotidiana é composta de diversos elementos, práticas individuais ou coletivas, desenvolvidas por indivíduos comuns. É também composta de acordo com Certeau (2000) por micropráticas e microrresistências desempenhadas pelos indivíduos a fim de subverter as normas previamente estabelecidas, muitas vezes para cercear e manipular as suas ações. Esta é a perspectiva do estudo do cotidiano que apresentaremos nesta seção.

Cotidiano: As artes de fazer

Os estudos sobre o cotidiano desenvolveram-se no bojo das transformações que aconteceram no terço final do século XX (LEVIGARD; BARBOSA, 2010) e, conforme afirma Guimarães (2000) procuram trazer novos elementos para se pensar o próprio cotidiano, o que permite ir além das formas de pensamento do senso comum.

A partir desta visão, Certeau (2000, p. 57) dedica os estudos relacionados ao cotidiano das artes de fazer ao “Homem ordinário. Herói comum. Personagem disseminada. Caminhante inumerável.” Por serem desenvolvidas pelos indivíduos em

seu dia a dia, muitas vezes essas práticas são simples e estão implícitas, escondidas atrás das formalidades que o mundo moderno nos impõe. Certeau (2000) nos apresenta que a análise do cotidiano parte da observação das práticas dos sujeitos, sua produção silenciosa que, no entanto, determina a configuração do ambiente em que se encontram.

A análise do cotidiano, a partir da perspectiva de Certeau, parte da observação das práticas dos sujeitos, sendo estes vistos não como meros replicadores de atitudes impostas pela sociedade, mas como “fazedores” de sua própria história, construtores de sua própria identidade, por meio de práticas silenciosas. É relevante salientar que para Certeau (2000) apesar de silenciosas, essas práticas não são alienadas. Conforme afirmam Napolitano e Pratten (2007) a proposta de Certeau apresenta novas perspectivas a partir das quais entende-se que pessoas comuns possuem capacidade de escapar da passividade e modelos previamente estabelecidos, para construir a sua própria história.

Desta maneira, para Certeau (2000) o estudo do cotidiano possibilita o contato com ações e práticas que em grande parte do tempo passam despercebidas a nossos olhos, uma vez que os mesmos estão fixos nas ações tomadas a partir das normas e formalidades instituídas e impostas a nós de alguma maneira. Certeau (2000) afirma que o que se busca detectar é uma produção escondida, disseminada através dos sistemas da produção e que, muitas vezes não é percebida, uma vez que este sistema dominante não deixa espaço para identificarmos as marcas deixadas pelos fazedores do cotidiano. O autor nos adverte portanto, da necessidade de dar atenção às práticas silenciosas, pois nelas é que estão escondidas as riquezas do cotidiano.

Compreendemos desta maneira, que em Michel de Certeau o cotidiano é trabalhado a partir da observação dos indivíduos e das marcas que deixam no ambiente em que atuam. Tal percepção é corroborada por Duran (2007) quando apresenta, entre outras características, a capacidade de Michel de Certeau de se maravilhar e confiar na inteligência e na inventividade do mais fraco. A partir desta visão, o autor inverte o prisma dominante nos estudos tradicionais. Segundo ele, é preciso interessar-se não pelos produtos culturais oferecidos no mercado dos bens, mas pelas operações dos seus usuários; é mister ocupar-se com as maneiras diferentes de marcar socialmente o desvio operado num dado por uma prática (CERTEAU, 2000). Corroborando esta ideia, Santos (2004, p. 127) afirma que o mundo do tempo real busca uma homogeneização empobrecedora e limitada, enquanto o universo do cotidiano é o mundo da heterogeneidade criadora.

O universo do cotidiano nos apresenta, portanto, o indivíduo com capacidade de construir a sua própria história a partir de alicerces fundamentados em valores nos quais acredita e não em conceitos estabelecidos por terceiros. Assim, para Certeau (2000) as maneiras de fazer não designam só atividades que uma teoria tomaria como objetos. Essas maneiras organizam também a sua construção.

Percebemos, diante de tais conceitos, que o cotidiano constrói e é construído nas ações individuais do dia a dia, a partir das práticas dos indivíduos que o compõem. Mazza e Vasconcellos (2012) afirmam que ele se produz e reproduz por meio das relações sociais, de maneira processual, construindo significados peculiares que podem ser analisados nos modos de viver dos

indivíduos. Na perspectiva de Ferrazo (2007), o estudo do cotidiano se legitima quando os sujeitos do cotidiano são vistos não apenas como objetos de análise, mas como protagonistas e também autores das pesquisas. Neste contexto, Joaquim (2012) afirma que o cotidiano abrange uma historicidade que perpassa diversos momentos históricos e tem por universo uma heterogeneidade capaz de criar e recriar este espaço de interação a todo o momento.

Sendo assim, é possível apreender que Certeau (2000) apresenta uma visão de cotidiano mais heterodoxa do que aquela apresentada pelos estudiosos da área, de cunho marxista. Para autores de linha marxista como Heller e Lefebvre, por exemplo, o cotidiano é visto como uma simples reprodução alienada de ordens preestabelecidas, com breves momentos em que o indivíduo consegue delas se desvencilhar. Neto e Carvalho (2012, p. 26) ao analisarem a vida cotidiana sob esta perspectiva a apresentam da seguinte maneira: na vida cotidiana o homem aprende as relações sociais e as reproduz enquanto instrumento de sobrevivência. Os autores continuam dizendo que mesmo sendo o ser humano um conjunto genérico e singular, na vida cotidiana só se percebe o singular (NETO; CARVALHO, 2012, p. 26).

Certeau (2000) por sua vez, apresenta que no cotidiano os indivíduos podem buscar libertar-se da alienação a partir de práticas de resistência. Para ele, as práticas de resistência se dão pelos elementos de dominação estabelecidos pelos “fortes” em relação aos “fracos”. Estes, por sua vez, se utilizam de tais práticas a fim de se desvincularem de alguma maneira desta dominação, mesmo que tais ações de resistência não sejam sequer percebidas de maneira clara pelos que detêm

o poder, tendo em vista que em muitos casos a resistência se dá de maneira sutil, velada. Para o autor, a cultura se elabora a partir de relações conflitantes e competitivas entre fortes e fracos, sem que haja espaço para a certeza da neutralidade (CERTEAU, 2000, p. 86).

Diante de tais perspectivas, consideramos adequado, para este estudo, utilizar o conceito de cotidiano apresentado por Certeau (2000). Conforme afirmam Quaresma Jr, Peixoto e Carrieri (2013, p. 166), no autor recuperam-se as práticas anônimas, os fazeres escondidos no interior de práticas sociais que mascaram a fabricação silenciosa do ambiente social. Procura-se o lugar do próprio e seus reforços. Diante disso, é possível perceber que o entendimento dos conceitos apresentados por Certeau (2000) consiste em um dos pontos principais do estudo e análise do cotidiano – compreender as microrresistências articuladas pelos indivíduos e sua relevância para o fazer cotidiano.

Estar aberto para perceber tais ações é ter a capacidade de entender que elas não ocorrem abruptamente, tampouco são formalizadas de alguma maneira. Medina (2007) apresenta que na visão de Certeau, as práticas de resistência não são simplesmente negação das estratégias de dominação ou antidisciplina. É preciso também salientar o caráter afirmativo e criativo de tais resistências.

Micropráticas e microrresistências no fazer cotidiano

Nos ambientes em que nos inserimos, é essencial que voltemos o nosso olhar para as propostas que nos são apresentadas. Ao olharmos com cuidado o que ocorre ao nosso redor poderemos perceber que diversas

estratégias são desenvolvidas objetivando cercear ações em nome da manutenção de uma determinada ordem social. Entendemos aqui, que tais estratégias buscam a manutenção das relações de poder e dominação e por vezes são desenvolvidas sem que sequer nos demos conta. Acabamos sendo coniventes com tais práticas pelo simples fato de estarmos alheios ao que, por detrás, determina que sejam realizadas.

Ao percebermos tais atitudes, podemos conforme nos apresenta Certeau (2000), consciente ou inconscientemente, criar microrresistências para conseguirmos manter a nossa individualidade em uma sociedade na qual o objetivo principal é o consumo e o lucro. Esta mesma sociedade dá demasiada importância a aspectos formais e esquece-se da fundamental relevância das atitudes dos sujeitos para a formação de tais aspectos. Desta forma, as microrresistências são utilizadas também para que consigamos, de certa maneira, fugir das ordens que nos são impostas pelas classes dominantes, em diferentes áreas de nossa vida. Saraiva e Santos (2011) corroboram tal visão ao afirmarem que apesar de toda a tecnologia gerencial desenvolvida durante o século XX, que possibilitou uma abordagem de dominação perante aqueles que deveriam apenas cumprir ordens, os indivíduos desenvolveram também estratégias de resistência a fim de alcançarem os seus próprios objetivos.

Ou seja, as microrresistências não se fundamentam apenas em possíveis falhas nas estratégias de dominação, são também resultados das ações dos indivíduos que buscam posicionar-se, ainda que de maneira oculta no espaço em que atuam. Mas, de que maneira se dão as microrresistências desenvolvidas pelos indivíduos, uma vez que os mesmos não detêm poder, formalmente

instituídos para resistir ao formalmente estabelecido? Saraiva e Santos (2011, p. 17) salientam que: o *mainstream* das discussões sobre o poder aborda atores organizacionais que desfrutam de recursos para exercê-lo. O que se busca, porém, é identificar as estratégias de burlar a dominação - exercida pelos detentores do poder - desenvolvidas pelos indivíduos que estão expostos a tal dominação. Para tanto, levaremos em conta nesta análise os conceitos de microrresistências dos indivíduos em seu cotidiano idealizados por Certeau (2000) o qual os estruturou a partir da visão de poder desenvolvido por Michel Foucault. De acordo com Certeau (2000), Foucault procura por em evidência um poder diferente daquele poder tradicional que vinha sendo teorizado até então, conforme segue:

[...] procura por em evidência as molas desse poder opaco, sem proprietário, sem lugar privilegiado, sem superiores nem inferiores, sem atividade repressiva nem dogmatismo, eficaz de modo quase autônomo por sua capacidade tecnológica de distribuir, classificar, analisar e individualizar espacialmente o objeto abordado (CERTEAU, 2000, p. 113).

O que se espera a partir das microrresistências, portanto, é o deslocamento dessas fronteiras de dominação a fim de que os indivíduos possam também exercer o poder, de certa forma, ainda que informalmente. Para Quaresma Jr, Peixoto e Carrieri (2013), essas ações tornam clara a maneira como a individualidade age sobre determinada força opressora. Os indivíduos pervertem as normas que são estabelecidas a fim de se manter a chamada normalidade. Tais microrresistências, conforme nos apresenta Certeau (2000), podem fazer com

que os indivíduos não entrem em um processo de alienação, quando proporciona que os mesmos busquem o seu espaço no ambiente em que atuam, não exercendo apenas o papel de espectadores de sua própria história.

Oliveira e Sgarbi (2007) apresentam esta tônica da alienação do indivíduo em seu cotidiano, ao observarem que caso os indivíduos se utilizem apenas do processo de realizar atividades de acordo com o previamente estabelecido, correriam o risco de viver alienados. Esta alienação é apresentada pelos autores como fonte de cegueira, estabelecida a partir da normalização do cotidiano que nos leva a uma compulsão pela repetição. Ou seja, a partir deste contexto, o indivíduo alienado contenta-se em viver de acordo com normas e padrões predeterminados, sem se preocupar com a condução da sua própria história.

A partir de tal perspectiva, percebemos que o cotidiano é feito a partir de processos de rupturas de uma realidade já existente, uma vez que as práticas cotidianas, por vezes, não são realizadas de acordo com as leis e normas socialmente estabelecidas. Como salienta Sousa (2002), o mundo diário - mundo de profusão de gentes, falas, gestos, movimentos, coisas - abriga táticas do fazer, invenções anônimas, desvios da norma, do instituído, embora sem confronto, mas não menos instituintes. Ou seja, os indivíduos, por meio de suas ações particulares, muitas vezes contrárias ao formalmente estabelecido, criam e recriam o cotidiano, a partir de suas próprias regras e normas, ainda que informais.

Para Carrieri, Perdigão e Aguiar (2014), estas práticas se manifestam nas estratégias e táticas desenvolvidas pelos indivíduos em seu cotidiano. Para os autores

é por meio delas que se pode observar o uso criativo e oportunista do tempo e do espaço. Os autores, portanto, confirmam o apresentado por Certeau (2000) ao afirmar que as microrresistências são possibilitadas, uma vez que os indivíduos desenvolvem estratégias e táticas a fim de “fugir” do poder exercido sobre eles. De acordo com Silva, Carrieri e Junquillo (2011), a intenção de Certeau é, então, buscar alternativas para a construção de um saber acadêmico que possibilite a análise do agir dos sujeitos sociais, por meio de suas estratégias e táticas.

As estratégias cotidianas, de acordo com Certeau (2000) são determinadas pela existência de um lugar, chamado pelo autor de próprio. É deste lugar, que pode ser ocupado por instituições e, até mesmo por pessoas que advém às normas e regulamentos que devem ser acatados e postos em prática pelos indivíduos, aos quais Certeau (2000) denomina de fracos.

As táticas, por sua vez, são formadas para subverter as estratégias estabelecidas, possuem, portanto natureza diferenciada (MITCHEL, 2007). São silenciosas e não ocupam um lugar próprio. Para Josgrilberg (2005, p. 121) o taticista age a partir de uma posição social, dentro de um lugar que não é determinado por ele. Cabe destacar ainda que conforme nos apresenta Yilmaz (2013), as táticas não possuem a intenção de dirimir as estratégias impostas, mas trata-se de atos de resistência desenvolvidos para subverter ou distorcer de alguma maneira o formalmente estabelecido. Para Napolitano e Pratten (2007) trata-se de uma possibilidade do “fraco” criar para si uma esfera de atuação autônoma. Certeau (2000) salienta a importância das táticas a fim de que os indivíduos tenham a possibilidade de construir o seu próprio cotidiano, a sua história.

A partir de tal perspectiva, Santos (2004) destaca que as pessoas, por vezes, não se subordinam ao que foi instituído. Isso faz com que, frequentemente, apresentem manifestações contrárias às regras. Logo, essas “táticas”, “astúcias” ou “práticas desviantes” dos consumidores se constituem como uma antidisciplina. Ou seja, são buscados pelos sujeitos do cotidiano, caminhos alternativos para driblar aquilo que é imposto pelos detentores de poder. Certeau (2000) salienta que o objetivo de estudar as microrresistências é perceber por que, diante da dominação exercida, nem todos se submetem a ela. Que procedimentos populares jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los (CERTEAU, 2000).

Assim pode-se perceber que, conforme afirma Medina (2007), na visão de Certeau, as práticas de resistência não são simplesmente negação das estratégias de dominação ou antidisciplina. É preciso também salientar o caráter afirmativo e criativo de tais resistências. Ou seja, as microrresistências não se fundamentam apenas em possíveis falhas nas estratégias de dominação, são também resultados das ações dos indivíduos que buscam posicionar-se, ainda que de maneira oculta no espaço em que atuam. Como salientam Junquillo, Almeida e Silva (2012) por meio das estratégias e táticas, por vezes invisíveis, é possível identificar a capacidade dos indivíduos de “fazer diferente”, desafiando a ordem dominante.

Entendemos desta maneira, que nas práticas cotidianas os sujeitos fazem uso de processos formalizados, que por vezes podem ser empregados como fonte de opressão ao mais fraco para criarem os seus mecanismos de resistência. Desta maneira, para que seja possível perceber tais ações é

imprescindível estarmos dispostos a compreender, por meio da proximidade, os encaixes que aos poucos manifestam o todo da figura das práticas cotidianas. Frijhoff (1999) salienta neste sentido, que não será possível compreender a perspectiva apresentada por Certeau se para isso buscarmos as regularidades da vida cotidiana. É necessário, sim, apreende-la a partir das particularidades, ou seja, das táticas desenvolvidas pelos indivíduos. A partir disso, o que chama a atenção nos estudos relacionados ao cotidiano está em ver as nuances que ocorrem no dia a dia dos indivíduos de uma maneira diferente daquilo que somos habituados, ou seja, nos estudos do cotidiano buscamos o “não dito”, o invisível. Nestas análises o foco são os sujeitos comuns, aqueles que efetivamente fazem o dia a dia nos ambientes em que desenvolvem suas atividades. No entanto, observando o que ocorre diariamente nos locais em que atuamos, o que pode ser notado é que esse indivíduo a quem a análise do cotidiano tanto valoriza, na maioria das vezes, não é sequer visto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No levantamento bibliográfico sobre o cotidiano que realizamos, pudemos perceber que o fazer cotidiano possui oculto em suas práticas diárias maneiras de resistir ao formalmente estabelecido. Assim, os indivíduos desenvolvem ações – táticas – em sua maioria silenciosas, visando estabelecer formas de resistir às estratégias impostas pelo padrão dominante da sociedade. Tais micropráticas não são claramente perceptíveis, é necessário um olhar atento a fim de que se possa identificá-las no dia a dia dos sujeitos.

Sob este aspecto, vemos que os sistemas econômicos estabelecidos, de certa maneira, levam os indivíduos ao desenvolvimento dessas micropráticas. Assim, estando o capitalismo fundamentado e implementado mundialmente como sendo o sistema econômico dominante, os indivíduos passaram a buscar formas alternativas ao mesmo, a fim de que pudessem de alguma maneira, se opor a ele. As cooperativas foram uma das formas encontradas para que isso fosse possível. O conceito de ajuda mútua e de trabalho coletivo em busca do alcance de interesses comuns fez com que, no período de sua concepção, fossem vistas como uma tábua de salvação para os operários, subjugados às imposições das empresas capitalistas, uma vez que surgiram no auge da disseminação desse sistema.

No entanto, o que se percebe atualmente, é que houve uma inversão. Estas instituições, em sua maioria, não atendem mais aos pressupostos inicialmente estabelecidos. Passaram a ser empresas de cunho estritamente capitalista. Desta maneira, deixaram de ser uma alternativa ao sistema e se tornaram uma alternativa dentro do sistema, visando vantagens econômicas para a empresa cooperativa, não mais para os cooperados. Estes, em alguns casos não encontram outra possibilidade de melhorar os seus rendimentos fora da estrutura cooperativa, e ficam atrelados e dependentes dela.

Diante destas reflexões iniciais, pudemos perceber o quanto o sistema cooperativo se desvinculou de seus ideários iniciais e se aproximou de formas de gestão basicamente empresariais. Isso tornou suas formas de atuação bastante mercantilistas e opressoras. Onde há opressão, há resistência,

e, portanto, há a necessidade de que os cooperados tenham, diante desta realidade, de desenvolver táticas que possibilitem aos mesmos evitar um processo de alienação e de aceitação passiva à sua situação no sistema. Assim, a resistência surge a partir das diferentes práticas que ocorrem no ambiente

cooperativo. Por isso, como nos diz Certeau (2000), o cotidiano é construído e reconstruído diariamente e se apresenta harmoniosamente àqueles que têm olhos para ver.

REFERÊNCIAS

BARRETO, R. O.; PAES de PAULA, A. P. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. **CADERNOS EBAPE. BR**, v. 7, nº 2, artigo 2, Rio de Janeiro, Jun. 2009.

CARRIERI, AL. P.; PERDIGÃO, D. A.; AGUIAR, A. R. C. A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. **R.Adm.**, São Paulo, v.49, n.4, p.698-713, out./nov./dez. 2014

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1**, Artes de fazer. 13. ed., Petrópolis: Vozes, 2000.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DURAN, M. C. G. Maneiras de Pensar o Cotidiano com Michel De Certeau. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 7, n. 22, set./dez. 2007, p. 115-128.

FERRAÇO, C. E. Pesquisa com o cotidiano. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 98, jan./ abr. 2007, p. 73-95.

FRIJHOFF, W. Foucault reformed by Certeau: historical strategies of discipline and everyday tactics of appropriation, 1999. In: NEUBAUER, J. **Cultural history after Foucault**. New York: Aldine de Gruyter, 1999.

GAWLAK, A.; RATZKE, F. A. **Cooperativismo: primeiras lições**. 4. ed. Brasília: Sescoop, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GUIMARÃES, G. T. D. **Historiografia da Cotidianidade: nos labirintos do discurso**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

JOAQUIM, N. F. A gestão (extra)ordinária do cotidiano. In: VII ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2012, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2012.

JOSGRILBERG, F. B. **Cotidiano e invenção**: os espaços de Michel de Certeau. São Paulo: Escrituras, 2005.

JUNQUILHO, G. S.; ALMEIDA, R. A. SILVA, A.R.L. As “artes do fazer” gestão na escola pública: uma proposta de estudo. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, jun. 2012, p.329-356.

LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: SINGER, P. (Org.). **Economia solidária**. 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv2.pdf#page=4>>. Acesso em: 14 de junho de 2015.

LEITE, R. P. A Inversão do Cotidiano: Práticas Sociais e Rupturas na Vida Urbana Contemporânea. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, 2010, p. 737-756.

LEVIGARD, Y. E.; BARBOSA, R. M. Incertezas e cotidiano: uma breve reflexão. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 62, n. 1, 2010, p. 84-89.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 3.ed. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAZZA, S. R.; VASCONCELLOS, M. P. C. O Cotidiano na investigação em saúde pública: um recorte teórico e metodológico. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 21, n. 1, 2012, p. 24-21.

MEDINA, P. A. Notas sobre la noción de resistencia en Michel de Certeau. **Kairos: Revista de Temas Sociales**, ano 11, n. 20, nov. 2007, p. 1-11.

MITCHEL, J. P. A fourth critic of the Enlightenment: Michel de Certeau and the ethnography of subjectivity. **Social Anthropology/Anthropologie Sociale**, 15, 2007, p. 89-106.

MORAIS, E. E.; LANZA, F.; SANTOS, L. M. L.; PELANDA, S. S. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 105, p. 67-88, jan./mar. 2011.

NAPOLITANO, V.; PRATTEN, D. Michel de Certeau: Ethnography and the challenge of plurality. **Social Anthropology/Anthropologie Sociale**, 15, 2007, p. 1-12.

NETO, J. P.; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NOVAES, H. T. **Retorno do caracol a sua concha**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OCB – Organização das Cooperativas do Brasil. **Por dentro da cooperativa**. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/institucional.asp> Acesso 01/08/2013.

OLIVEIRA, B. A. M. **As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades: Casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, agricultura e sociedade, 2006, 175p.

OLIVEIRA, I. B.; SGARBI, P. A invenção cotidiana da pesquisa e seus métodos. **Educ. Soc.** v. 28, n. 98, jan/abr, 2007, p. 15-22.

PINHO, D. B. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. 18 ed. São Paulo: CNPq, 1982.

QUARESMA JÚNIOR, E. A.; PEIXOTO, D. L.; CARRIERI, A. P. A cristalização de uma microrrevolução francesa: o caso das cooperativas de Salinas-MG. **RAM, REV. ADM. MACKENZIE**, V. 14, N. 6, Edição Especial, São Paulo, Nov./Dez. 2013, p. 162-183.

RÊGO, E. E.; MOREIRA, E. Cooperativismo: uma breve discussão teórico-conceitual perpassando pelo socialismo utópico, marxista e anarquista. **OKARA: Geografia em debate**, v.7, n.1, p. 63-80, 2013.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SARAIVA, L. A. S.; SANTOS, A. V. Estratégias de poder de trabalhadores industriais. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 12, n. 4, 2011, p. 15-43.

SCHNEIDER, J. O. A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. **Cadernos Gestão Social**, v.3, n.2, jul./dez. 2012, p.251-273.

SERRA, E. As cooperativas do agronegócio e suas (novas) características no Paraná. **Geografia**, v. 18, n. 1, jan./jun. 2009, p.139-153.

SINGER, P. **Uma utopia militante: Repensando o socialismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SILVA, A. R. L.; CARRIERI, A. P.; JUNQUILHO, G. S. A estratégia como prática social nas organizações: articulações entre representações sociais, estratégias e táticas cotidianas. **RAUSP**, São Paulo, v.46, n.2, abr./maio/jun. 2011, p.122-134.

SILVA, E. F. **Economia solidária e o direito**: da utopia à colonialidade. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná, 2011, 200p.

SOUSA, A. Michel de Certeau: Fundamentos de uma sociologia do cotidiano. **Sociabilidades**, São Paulo, v.2, 2002, p.129-134.

YILMAZ, G. G. Tactics in Daily Life Practices and Different forms of Resistance: The Case of Turks in Germany, **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, vol 82, July, pp. 66-73, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.sbspro.2013.06.226>.

NOTAS

(1) Doutoranda em Administração pela Universidade Estadual de Maringá/UEM. Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Maringá/UEM. Bacharel em Administração pela Universidade do Oeste do Paraná/ UNIOESTE.

(2) Doutora em Engenharia de Produção Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. Pesquisadora com bolsa produtividade em pesquisa da Fundação Araucária para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná. Bacharel em Administração pela Universidade Estadual de Londrina/UEL. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração/PPA da Universidade Estadual de Maringá/UEM.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Fundação Araucária para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná pelo apoio recebido para a realização desta pesquisa.

Enviado: 03/02/2014

Aceito: 31/07/2015

Publicado: 08/09/2015